

Contenção, Projecção e Envolvimento: a Política Externa Russa para o Grande Médio Oriente

Maria Raquel Freire

Investigadora do Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e professora de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Resumo

Este artigo analisa a política externa russa face ao denominado Grande Médio Oriente. O texto identifica duas dimensões analíticas: a da gestão da conflitualidade e participação da Rússia no Quarteto negocial para a resolução do conflito Israelo-Palestiniano; e a de um contexto securitário denso, onde a luta contra o terrorismo e o ressurgimento do radicalismo islâmico, a questão armamentista e a gestão energética, assumem prioridade. Olhando os desafios e obstáculos subjacentes à projecção das políticas russas na área, o texto argumenta que a crescente relevância do Médio Oriente nas políticas de Moscovo é reflexo da projecção de poder e influência que a Rússia prossegue no sistema internacional. Nesta linha, o artigo conclui que a Rússia joga um jogo difícil, onde procura conciliar interesses com oportunidades, num cenário onde políticas de contenção, projecção e envolvimento se conjugam na delineação do que Moscovo pretende sejam contornos favoráveis às suas opções e acções. Deste modo, a política externa russa pragmática, assertiva e multi-vectorial afirma-se no Grande Médio Oriente em todas as suas componentes, com o objetivo subjacente de afirmação russa no cenário internacional.

Abstract

Containment, Projection and Involvement: Russian Foreign Policy for the Great Middle East

This article analyses the Russian foreign policy for the Great Middle East. It identifies two analytical dimensions. First, the conflict management and the Russia's involvement in Quartet for Israel-Palestine peace. Second, it looks at the complex security environment where priorities are the fight against terrorism weapons and the problem of energy security. Taking into account the challenges and obstacles to face, the essay argues that a broader Russian foreign policy towards the Middle East reflects Moscow's search for power and influence on the international system. Russia is playing a hard game, trying to reconcile interest and opportunities in an environment where containment, projection and involvement policies came together in reaching favourable conditions for options and action. A pragmatic, assertive and multi-directional Russian foreign policy is projected in the Great Middle East with the underline objective of projecting Russia in a broader international system.

Introdução

Este artigo analisa a política externa russa face ao denominado Grande Médio Oriente, um quadro securitário complexo onde a combinação de dinâmicas de cooperação e de competição marca as relações entre os actores na área. Sob uma perspectiva político-securitária, o texto identifica duas dimensões de análise: a da gestão da conflitualidade e participação da Rússia no Quarteto negocial para a resolução do conflito Israelo-Palestiniano; e a de um contexto securitário denso, onde a luta contra o terrorismo e o ressurgimento do radicalismo islâmico, a questão armamentista e a gestão energética, assumem prioridade. Olhando os desafios e muitos obstáculos subjacentes à projecção das políticas russas na área, o texto argumenta que a crescente relevância do Médio Oriente nas políticas de Moscovo é reflexo da projecção de poder e influência que a Rússia prossegue no sistema internacional. Nesta linha, o artigo conclui que a Rússia joga um jogo difícil, onde procura conciliar interesses com oportunidades, num cenário onde políticas de contenção, projecção e envolvimento se conjugam na delineação do que Moscovo pretende que sejam contornos favoráveis às suas opções e acções. Deste modo, a política externa russa pragmática, assertiva e multi-vectorial afirma-se no Grande Médio Oriente em todas as suas componentes, com o objectivo subjacente de afirmação russa no cenário internacional.

A Política Externa Russa: Multipolar e Multi-vectorial

Nos anos pós-Guerra Fria a política externa russa, primeiro com Ieltsin, depois com Putin e actualmente com Medvedev, assumiu gradualmente um tom mais pragmático, distanciando-se do quadro ideológico Soviético que a sustentava anteriormente. Tornou-se também multi-vectorial e multi-sectorial, procurando conciliar, com diferentes níveis de sucesso, prioridades internas com interesses externos em competição – a nível geográfico e em termos sectoriais (políticos, económicos, securitários).

A política externa russa é hoje expressão do desejo de afirmação de Moscovo enquanto actor regional e global, num contexto internacional diferenciado, onde os contornos da nova ordem internacional permanecem ainda indefinidos. Neste contexto, a política externa russa assume-se ainda como simultaneamente assertiva e defensiva. Assertiva, em áreas consideradas prioritárias pelo Kremlin, sendo esta assertividade clara nos alinhamentos, nos discursos, nas opções, e nas acções, quer a nível

geoestratégico quer sectorial, incluindo, em particular, o espaço da antiga União Soviética e em termos sectoriais, por exemplo, nas questões energéticas. Defensiva, no sentido em que é sublinhada pela contenção dos avanços ocidentais em áreas definidas como vitais ao interesse nacional russo. Esta delineação da política externa deve muito aos desenvolvimentos internos, a nível político, económico e social, com uma acentuação muito clara do crescimento económico assente na exploração de recursos energéticos, a permitir uma postura de maior confiança e a fornecer as bases para o processo de afirmação da Rússia no sistema internacional.

Na Rússia de Putin (2000-2008), o *ruling vertical* e a “democracia de gestão”, significando autoritarismo, centralização de poder, e participação selectiva e dirigida, caracterizaram bem os alinhamentos políticos seguidos, com expressão interna, mas também externa. De facto, a afirmação da Rússia a nível externo tem sido o reflexo da sua imagem de desenvolvimento interno: consolidação de poder e reafirmação do seu estatuto. O anúncio no início de 2008 do regresso às grandes paradas militares na Praça Vermelha, bem ao estilo Soviético, é exemplo desta tendência, demonstrando como a recuperação de uma imagem de força é parte integrante desta dicotomia interno/externo.

Putin definiu a política externa russa como multi-vectorial e multipolar, contudo, esta foi essencialmente uma definição pela negativa, como forma de contraposição ao “poder destabilizador da estrutura mundial unipolar”,¹ ou seja, definida em grande medida por oposição à primazia norte-americana. No documento de 2000 relativo à política externa, este alinhamento é evidente na definição dos círculos mais importantes desta: um primeiro círculo representado pela Comunidade de Estados Independentes (CEI) que a Rússia assume como área preferencial de intervenção, e onde apresenta menor flexibilidade negocial face ao envolvimento de terceiros,² e um segundo círculo mais alargado com as dimensões europeia e asiática equacionadas lado a lado em termos de relevância. A definição de prioridades em relação ao Médio Oriente concentrava-se essencialmente no fortalecimento da posição russa na área, especialmente em termos económicos, emergindo num plano secundário nos objectivos de política externa de Moscovo. No

1 Afirmado em documentos como o Conceito de Segurança Nacional, a Doutrina Militar ou o Conceito de Política Externa, todos de 2000, e sucessivamente reiterada em discursos e outros documentos oficiais. Note-se que esta tendência vinha já do período de governação de Ieltsin, embora seja claramente reforçada ao longo da presidência de Vladimir Putin.

2 As relações já complexas no Cáucaso do Sul e a intensificação das interligações nas repúblicas da Ásia Central são aqui exemplo.

entanto, ao longo da presidência de Putin, denota-se um aumento gradual da relevância do Médio Oriente no quadro da política externa com um aumento das actividades relacionadas com a área. Este resulta de vários desenvolvimentos, incluindo a intervenção norte-americana no Iraque (2003), o estreitamento de contactos com Israel e a Síria, e a crescente pressão da questão Iraniana. Pontos estes que se tornaram obrigatórios na agenda de política externa russa para o Médio Oriente.

A eleição de Dmitri Medvedev como Presidente da Federação Russa em Março de 2008 parece oferecer continuidade à política externa russa, seguindo a tendência de acentuação das linhas do pragmatismo assertivo. A atestar esta tendência, o novo documento de política externa, adoptado em Julho de 2008, sublinha os princípios activos da política externa russa, conferindo-lhe maior acutilância no que concerne o papel da Rússia no cenário internacional e adicionando-lhe uma retórica forte relativamente ao ocidente. Medvedev sublinha que na construção de “um novo regime global”, de base multipolar, há uma série de temas que têm de ser discutidos, incluindo eficiência energética e esforços combinados de prevenção de conflito armado. “Simplesmente não precisamos voltar a um sistema paternalista onde alguns estados decidem por todos os outros”.³ A crítica ao ocidente na formulação “dois-pesos-duas-medidas” e nas tentativas de imposição de valores “estrangeiros” é clara.

De relevância é a não inclusão neste documento de referências à questão da redução de arsenais nucleares, em particular face ao crescendo de tensão em torno das políticas de capacitação nuclear em desenvolvimento no Irão e na Coreia do Norte. Esta ausência é comentada por Fyodor Lukyanov como “resultado da experiência dos últimos oito anos quando alguns estados demonstraram o uso arbitrário da força. A invasão do Iraque levou muitos países a reverem a sua atitude face à arma nuclear e a entendê-la como garantia de não uso da força contra si mesmos”.⁴ Aliás, o princípio do uso da força, apenas em último recurso, é revisitado no documento, permanecendo o princípio de não recurso à força como princípio de base. Contudo, nos discursos e nas acções tem-se acentuado a percepção de que este pressuposto pode ser invertido sempre que estejam em causa interesses vitais. A intervenção na Geórgia em Agosto de 2008 é aqui um bom exemplo, bem como a postura mediadora russa na questão iraniana.

3 Presidente Russo Dmitry Medvedev, “Speech at the Meeting with Russian Ambassadors and Permanent Representatives to International Organisations”, Ministério Russo dos Negócios Estrangeiros, Moscovo, 15 Julho 2008.

4 Fyodor Lukyanov, Editor da revista *Russia in Global Politics*, citado em “‘New Russia’ determines its foreign policy”, *InfoRos*, 16 Julho 2008, <http://inforos.com/?id=21598>.

No mapa geoestratégico da política externa russa, o Grande Médio Oriente assume relevância acrescida ao incluir o Cáucaso do Sul, o Irão e a Turquia e, deste modo, a adicionar ao jogo estratégico e de influências, a pesada carta energética em termos de produção, rotas de trânsito e abastecimentos. No conceito de política externa da “nova Rússia”, de Julho de 2008, uma pequena frase – “a Rússia pretende desenvolver e aprofundar relações com a Turquia, Egipto, Argélia, Irão, Arábia Saudita, Síria, Líbano, Paquistão e outros estados fundamentais na região”, dá o mote para uma formulação ampla em termos geográficos. Mais adiante pode ler-se no documento, e especificamente em relação ao conflito Israelo-Árabe, que a Rússia procurará contribuir para a estabilização da situação, através da negociação de um acordo que inclua o estabelecimento de um estado palestiano independente, uma afirmação da postura tradicional russa face à diversificação da sua política e ao novo relacionamento com Israel.

Segue-se uma breve referência ao Iraque, sem conteúdo substantivo de referência, e depois o reforço das relações da Rússia com os países islâmicos, através da sua participação como estado observador na Conferência Islâmica e na Liga de Estados Árabes. Este posicionamento é de algum modo inovador, revelando a importância crescente da variável islâmica no equacionamento das relações de poder numa nova ordem internacional, que a Rússia pretende multipolar. Além do mais, é sublinhada a importância das ligações no sector energético, reforçando as relações em termos económicos e comerciais, mas também securitários.⁵ Incarnando esta tendência, o crescendo do Euroasianismo na Rússia com Putin foi evidente, após se ter popularizado com Ieltsin, e assumindo agora com Medvedev, na “nova Rússia”, uma formulação explícita.⁶

Desta forma, o Médio Oriente tem-se apresentado à Rússia como uma área estratégica relevante em termos político-securitários e de crescente importância na sua agenda internacional. A presença de Moscovo no Quarteto é demonstração da sua relevância no quadro internacional e do estatuto que procura reafirmar neste mesmo quadro. Estes alinhamentos, bem diferentes das relações informadas pela orientação ideológica característica do período de Guerra Fria, assumem contornos diferenciados e menos vinculados que tornam as leituras dos relacionamentos, hoje com cariz fluído e interdependente, mais complexas.

5 Dmitry Medvedev, “The Foreign Policy Concept of the Russian Federation”, President of Russia Official Web Portal, 12 Julho 2008.

6 Dmitry Shlapentokh, “Alexander Dugin’s Views on the Middle East”, *Space and Polity*, vol. 12, n. 2, Agosto 2008, pp. 251-268.

A Rússia no Quarteto: Ambivalência, Contenção e Duplicidade

O Quarteto é um grupo informal, criado em finais de 2001, e que inclui desde a sua formação a União Europeia, as Nações Unidas, a Rússia e os Estados Unidos, como mediadores no processo negocial Israelo-Palestiniano. Mas o padrão tradicional das relações e dos apoios, tão marcado no período de Guerra Fria, tem vindo a dar lugar a reajustes, com uma maior aproximação de Moscovo a Israel, de algum modo contrariando o apoio tradicional à causa palestiniana (embora não o questionando), e pressões russas para um maior envolvimento da Síria em todo o processo. Desenvolvimentos recentes reflectem estas alterações: as “conversações israelo-sírias foram reavivadas com mediação turca. A França está preparada para actuar como intermediária. Washington é ainda um actor principal, e Damasco admite que, sem a sua aprovação explícita, qualquer acordo poderá ser posto em questão”.⁷ A mediação turca e o envolvimento da Síria através da abertura de conversações que quebram o seu isolamento, têm incutido um novo dinamismo ao processo negocial. “O novo Quarteto é uma simbiose interessante de forças e interesses. Está a construir um eixo do Golfo Pérsico ao Mar Negro via Mediterrâneo, e unindo todos os problemas regionais, do Irão ao Cáucaso, incluindo o Médio Oriente, num todo integrado”.⁸

Distanciando-se do quadro ideológico das décadas de rivalidade bipolar, a Rússia tem solidificado a sua relação com Israel, enquanto mantém o seu apoio à Autoridade Palestiniana e a uma solução que passe pela realização das suas aspirações territoriais. Quanto aos aliados árabes, nem sempre é fácil a gestão de críticas do que parece duplicidade na política externa russa para a questão: o apoio à causa palestiniana lado a lado com relações próximas a Israel. Claramente, o peso da ideologia deu lugar à economia na gestão das relações. Nas palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros Russo, Sergey Lavrov, “a política russa nem é pró-Árabe nem pró-Israelita. Tem por objectivo defender os interesses nacionais russos. A manutenção de relações próximas e amigáveis com estados árabes está entre eles”.⁹

A postura dupla da Rússia face ao conflito israelo-árabe revela-se mais enquanto parte de uma estratégia de influência numa área alargada que se assume de crescente relevância para Moscovo, do que como reflexo do contexto de tensão entre Moscovo e o

7 Maria Appakova, “New Middle East Quartet established in Damascus”, *RIA Novosti*, 4 Setembro 2008.

8 *Ibid.*

9 Sergey Borisov, “Russia and Israel to join forces in anti-terrorist cooperation”, *Pravda*, 7 Setembro 2004.

ocidente. Este argumento é evidenciado na política russa na Chechénia como forte condicionante da sua postura neste conflito. A luta contra o terrorismo e a crescente influência de grupos radicais islâmicos, por um lado, e a procura de ajustamento de interesses e relacionamentos com o mundo islâmico, por outro, demonstram-no. Isto significa e traduz-se num tratamento diferenciado de grupos muçulmanos no seio da Rússia e para além das suas fronteiras. No entanto, os argumentos russos são claros: a sua política repressiva dirige-se a grupos radicais islâmicos perpetradores de instabilidade nas suas fronteiras a sul, e não necessariamente à comunidade islâmica enquanto expressão de uma forma de organização e vivência diferenciadas. Nas análises comparativas entre Chechenos e Palestinos, esta ambivalência torna-se clara. À procura de dividendo em resultado de apoios no seio de Israel, face ao discurso da luta contra o terrorismo, contrapõe-se a incongruência derivada da política dupla de Moscovo de aproximação a Israel enquanto mantendo o seu apoio aos palestinianos. Deste modo, qualquer exercício comparativo torna-se insustentável.

No entanto, é de sublinhar que esta parece ser uma relação bastante personalizada e que claramente se distancia da postura de muitos elementos da elite no Kremlin.¹⁰ E este factor é essencial nas interrogações sobre o futuro, pois as alterações ao nível da governação poderão fragilizar laços centrados em lideranças, e de novo transpor a discussão para os quadros decisórios mais abrangentes de política externa. A substituição de Putin na presidência russa, a morte de Arafat e as alterações na liderança israelita poderão conjugar-se num novo desalinhamento.

Mas para além da questão da personalização de relações, outros factores intervenientes ajudam a compreender a complexidade destas relações que ultrapassam as tradicionais alianças e alinhamentos, dando lugar a uma teia complexa de relações nem sempre previsíveis. Vejamos: a Rússia e Israel cooperam na articulação de estratégias anti-terrorismo, para além da cooperação que desenvolvem a nível comercial e tecnológico, incluindo equipamento militar, especialmente ao nível de meios aéreos. Apesar desta proximidade, a Rússia sente resistência da parte israelita quanto a um maior envolvimento russo no processo negocial do conflito israelo-palestiniano, que advém do contínuo apoio a uma solução que inclua o reconhecimento de um estado palestiniano independente.

Por seu turno, Israel teme a relação da Rússia com o Irão, especialmente no apoio de Moscovo à opção nuclear de Teerão (que Moscovo sublinha, em linha com as autoridades iranianas, que se destina apenas a fins civis), face à inimizade entre esses dois estados.

10 Mark Katz, "Putin's Pro-Israel Policy", *Middle East Quarterly*, Winter 2005, pp. 51-59.

Mas a Rússia vende também armas à Síria, o que preocupa Israel, bem como procedeu ao reconhecimento formal do Hamas, não o “catalogando” como grupo terrorista. De facto, em Março de 2006 a Rússia convidou o Hamas a Moscovo argumentando que se encontrava numa posição única para o fazer, uma vez que, diferentemente da União Europeia e dos Estados Unidos, nunca considerou o Hamas uma organização terrorista,¹¹ estando por essa mesma razão numa posição privilegiada para dialogar e eventualmente ganhar poder negocial e maior influência no processo.

Por sua vez, os palestinianos, entendendo estas acções como reflexo do apoio de Moscovo, traduzido no posicionamento russo no quadro das Nações Unidas de protesto contra as incursões israelitas nos territórios palestinianos, bem como em defesa de uma solução de reconhecimento das reivindicações destes,¹² não deixam de se sentir simultaneamente surpresos e inseguros face a uma política russa de proximidade a Israel.¹³ No entanto, e apesar deste apoio continuado, a Rússia mostra-se relutante em contrariar Israel que entende como uma fonte valiosa de tecnologias militares modernas¹⁴ - ou seja, a interligação de apoios na luta contra o terrorismo, de cooperação ao nível de armamento e de questões energéticas a constituírem a essência do emaranhado de relações que se desenvolvem nesta área.

Face a um contexto de tensão nas relações com os Estados Unidos, e na influência que o Irão e a Turquia têm enquanto actores regionais na fronteira entre o Cáucaso e o Médio Oriente, estes tornaram-se dois estados centrais na política russa para o Médio Oriente. Este alinhamento deve, no entanto, ser entendido no quadro mais circunscrito de interesses de política externa da Rússia, nomeadamente na Eurásia, incluindo o Cáucaso do Sul e a Ásia Central. Neste quadro geoestratégico a intersecção de preocupações securitárias, interesses energéticos, e políticas diferenciadas revela a complexidade de análise de (des)alinhamentos pautados não tanto por uma estratégia clara, eventualmente assente em considerações ideológicas, mas mais por opções pragmáticas de política externa.

11 Ilya Bourtman, “Putin and Russia’s Middle Eastern Policy”, *The Middle East Review of International Affairs*, vol. 10, n. 2, Junho 2006, <http://meria.idc.ac.il/journal/2006/issue2/jv10no2al.html>.

12 Aleksandr Saltanov, Ministro plenipotenciário dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, “Russian policy in Iraq, the Middle East and Africa”, Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, Information and Press Department, 13 Janeiro 2005.

13 Ver, por exemplo, Ilya Bourtman, “Putin and Russia’s Middle Eastern Policy”, *The Middle East Review of International Affairs*, vol. 10, n. 2, Junho 2006, <http://meria.idc.ac.il/journal/2006/issue2/jv10no2al.html>. Para maior detalhe sobre a evolução das relações entre Moscovo e Telavive no período da Presidência de Putin ver Mark Katz, “Putin’s Pro-Israel Policy”, *Middle East Quarterly*, Winter 2005, pp. 51-59.

14 Ruslan Pukhov, director do Centro de Análise de Estratégias e Tecnologia de Moscovo, citado em “Syrian leader highlights solidarity, seeks arms, in visit to Russia”, *RFE/RL*, 21 Agosto 2008.

Um Quadro Securitário Complexo: Actores e Dinâmicas

O Grande Médio Oriente afigura-se como uma área estratégica onde a luta contra o terrorismo e o ressurgimento do radicalismo islâmico, a questão armamentista e a gestão energética se assumem como tópicos prioritários e simultaneamente geradores de sinergias e rivalidades. A presença da Federação Russa enquanto observador na Conferência Islâmica e na Liga de Estados Árabes, espelho do desejo russo de maior proximidade aos parceiros árabes num contexto de crescente radicalismo islâmico é evidente. De facto, a luta anti-terrorismo assume prioridade na agenda russa, dada a sua banda sul maioritariamente muçulmana, os desejos expressos de repúblicas maioritariamente islâmicas, incluindo a Chechénia, Ingushétia e Daguestão, de formarem uma grande república islâmica independente da Federação Russa, e a própria guerra da Chechénia ainda bem presente e foco de instabilidade. As ligações económicas, especialmente através da venda de equipamentos militares, tecnológicos e energéticos, incluindo urânio enriquecido ao Irão, a par das rotas da energia que intersectam zonas fulcrais de produção e trânsito, desde o Médio Oriente ao Cáspio e Ásia Central, definem o quadro geral onde a Rússia procura defender e promover os seus interesses.¹⁵

Deste modo, o Grande Médio Oriente cruza diferentes níveis de análise, combinando os diferentes níveis regionais identificados com a actuação de actores externos, em particular os Estados Unidos e a União Europeia. A este nível mais macro, as relações da Federação Russa com o ocidente têm assumido um tom mais duro, de que os acontecimentos no Cáucaso do Sul em Agosto de 2008 são reveladores. De facto, estes resultam de um crescendo da tensão nas relações entre a Rússia e os seus “parceiros” ocidentais. A discórdia face à intervenção no Iraque, o apoio ao desenvolvimento de energia nuclear no Irão, o escudo de defesa anti-míssil, e o alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), entre outros, são exemplo.

Por outro lado, a intervenção pós-11 de Setembro de 2001 no Afeganistão mereceu apoio da Rússia, cuja ameaça do regime radical Talibã e instabilidade daí decorrente constituía uma preocupação partilhada com Washington. Esta permitiu a presença de tropas americanas no Quirguistão e no Uzbequistão, como forma de estabilizar as fronteiras com o Afeganistão, e apoiar o controlo de movimentações no Vale de Ferghana, incluindo actividades de grupos radicais islâmicos. Estas acções juntam-se às preocu-

15 A exportação de petróleo permitiu à Rússia aumentar as suas reservas estrangeiras de \$12 biliões em 1999 para cerca de \$470 biliões em finais de 2007, as terceiras maiores reservas a nível mundial.

pações reais com o radicalismo islâmico na Ásia Central, com os ataques no Quirguistão (1999 e 2000) e no Uzbequistão (2000), resultantes da intensificação das actividades do Movimento Islâmico do Uzbequistão,¹⁶ a alertarem para a seriedade da situação.

A Rússia pretende consolidar a sua posição na Ásia Central, sendo que de algum modo a Organização do Tratado de Segurança Colectiva, procurando responder a estas preocupações securitárias, tem funcionado como contrapeso aos Estados Unidos e à OTAN na área. Permite ainda que a Rússia promova a base legal para a permanência de forças russas no Quirguistão, Tajiquistão e eventualmente Uzbequistão, sob o lema da luta contra o terrorismo.¹⁷ Contudo, nem o Uzbequistão nem o Turquemenistão são membros desta Organização, e dada a relevância do Uzbequistão na área, este factor pode ser claramente limitativo da capacidade russa de actuação. “Em linhas gerais, não é provável que a cooperação no quadro da Organização do Tratado de Segurança Colectiva signifique muito no desenvolvimento de uma identidade regional de segurança ou para responder aos desafios mais prementes da gestão regional de segurança”.¹⁸ Note-se, no entanto, que em finais de 2005 o governo Uzbeque estipulou um prazo de seis meses para a retirada das tropas norte-americanas do país (na sequência da forte repressão da parte das autoridades uzbeques de manifestantes em Andijon, e das críticas severas de Washington que se seguiram). Paralelamente a esta inversão na parceria com os Estados Unidos, as autoridades Uzbeques assinaram vários acordos com a Rússia, relacionados com a indústria de defesa, e claramente reforçando o poder de influência de Moscovo sobre a política militar de Tashkent.

Ainda neste quadro de luta regional contra o terrorismo, a Organização de Cooperação de Xangai tem ganho relevância, apesar das motivações assentarem essencialmente em questões defensivas de dupla contenção: contenção dos Estados Unidos na área, mas também contenção mútua entre a Federação Russa e a República Popular da China. Em

16 “The Islamist offensives in August 1999 in southern Kyrgyzstan and Dagestan, followed by the war in Chechnya, contributed to the ‘Islamic threat’ being redefined as a threat of ‘international terrorism’ in the National Security Concept published in February 2000 and moved to the forefront of the Russian political agenda. The events in Kyrgyzstan initiated a wave of Russian activity to promote military and security cooperation with Central Asian states”, in Jonson, Lena, “Russia and Central Asia” in Allison, Roy and Jonson, Lena (eds) *Central Asian Security: The New International Context*. Washington DC: Brookings Institution Press, 2001, p. 100.

17 Blank, Stephen, “The Strategic Importance of Central Asia: An American View”, *Parameters*, vol. 38, n. 1, 2008, p. 79.

18 Allison, Roy, “Regionalism, Regional structures and Security management in Central Asia”, *International Affairs*, vol. 80, n. 3, 2004, p. 473.

2005 foi criada no âmbito desta Organização uma Estrutura Regional Anti-Terrorismo, trazendo a luta contra o terrorismo para o topo da agenda, e conferindo à Organização de Cooperação de Xangai um papel crescentemente militar e securitário.

A lógica russa de consolidação de poder e influência inclui também o Cáucaso do Sul, mas aqui assumindo contornos diferentes, na medida em que a relação de Moscovo com estas três repúblicas é distinta ao ponto de ser muito próxima da Arménia, de menor influência relativamente ao Azerbaijão e com as dificuldades conhecidas no caso da Geórgia, agravada pela intervenção de Agosto de 2008 e o subsequente reconhecimento de independência das repúblicas da Abcázia e Ossétia do Sul. Na linha da luta contra o terrorismo, compras e vendas de armamento e rotas energéticas, o Azerbaijão é uma república central na produção e trânsito, bem como a Geórgia no que toca as rotas de abastecimento, actualmente comprometidas devido às acções russas na república. As ligações de proximidade entre a Arménia, Rússia e Irão permitem à primeira, isolada economicamente, segurança energética e outro tipo de apoios. A inexistência de relações diplomáticas entre a Arménia e o Azerbaijão devido ao conflito do Nagorno-Karabakh, as relações próximas do Azerbaijão com a Turquia, também rival da Arménia, e o posicionamento de interlocução da Geórgia, agora mais frágil, são de modo simplificado reveladores das ambivalências e desequilíbrios na região.

O modo como a Rússia procura articular e projectar os seus interesses na região, com dificuldades acrescidas quando em análise comparativa com a Ásia Central, vem adicionar à complexidade do puzzle que é a área do Grande Médio Oriente. Sucintamente, subjacente a objectivos mais concretos de política externa, em toda esta área a Rússia pretende, numa formulação ampla, reforçar os laços de cooperação na luta contra o terrorismo com parceiros estratégicos; negociar acordos energéticos preferenciais, em alguns casos, em detrimento claro de acções ocidentais; e aumentar o seu poder de influência numa área que considera vital.

Adicionando o vector Médio Oriente, através da negociação de concessões favoráveis e presenças estratégicas, como evidenciado no caso da Síria, e mesmo no quadro negocial do conflito Israelo-Palestino, Moscovo procura simultaneamente aumentar a sua projecção na área do Médio Oriente enquanto prosseguindo uma política de contenção do ocidente. Esta pauta-se não só pela criação de condições adversas que joguem em favor da obstrução dos avanços ocidentais na Ásia Central e Cáucaso do Sul, como também minimizar os ganhos destes na área do Médio Oriente, através de alianças e parcerias que entravam o livre jogo de interesses na região. Este mesmo jogo é alargado ao norte de África, como eventual alternativa em termos de recursos energéticos, área onde a Rússia

gere também interesses, como no caso da Líbia,¹⁹ sublinhando mais uma vez este esforço de contenção ocidental e de boicote a políticas de diversificação que contrariam os interesses de Moscovo e, eventualmente, uma posição privilegiada da Rússia enquanto fornecedora destes recursos.

Jogos de Influência Assimétricos

As relações da Rússia com os actores regionais, em particular a Síria, o Irão e a Turquia, são reveladoras, por um lado, dos interesses russos na área e, por outro, da complexidade existente ao nível de relacionamentos bi- e multilaterais. Neste grande jogo, Moscovo prossegue os objectivos da “nova Rússia” de afirmação e consolidação do seu poder e influência, cruzando estratégias de cooperação, balanceamento e *trade-offs* numa formulação que pretende de soma positiva. No entanto, não sem dificuldades.

Síria: para além do isolamento

As relações de Moscovo com Damasco têm sido pautadas pelos vectores securitários identificados ao longo do texto, numa lógica de *trade-offs*. O isolamento sírio em particular face às suas acções no Líbano e após a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1559), de Setembro de 2004, exigindo a retirada das forças sírias do Líbano, constituiu um factor de grande relevância na política de aproximação entre estes dois países. O isolamento sírio foi entendido em Moscovo como uma oportunidade. Ambos partilham o objectivo contra-hegemónico de contenção dos Estados Unidos e, num contexto de isolamento que exigia a identificação de parcerias alternativas para a aquisição de armamento, a Rússia apresenta-se como uma alternativa viável. Moscovo afirma-se disponível para fornecer armas à Síria e promover um maior envolvimento desta no processo negocial do conflito Israelo-Árabe, contrariando a política de isolamento a que Damasco está sujeito, enquanto a Síria assina com a companhia russa Tafnet (Março de 2005) um acordo de exploração de novos depósitos de petróleo e gás natural e,²⁰ dentre outros exemplos, afirma o seu apoio à intervenção russa na Geórgia no verão de 2008.

19 Exemplos incluem as políticas de aproximação de Moscovo à Líbia e Argélia.

20 Katz, Mark, “Putin’s Foreign Policy toward Syria”, *The Middle East Review of International Affairs*, vol. 10, n. 1, Março 2006, <http://meria.idc.ac.il/journal/2006/issue1/jv10no1a4.html>.

Esta política de aproximação e venda de armas não é, contudo, isenta de custos para a Rússia. Israel, em particular, tem revelado o seu descontentamento e desconfiança face a esta postura russa, tratando-se a Síria de um adversário de longa data. Na “lista de compras” incluem-se mísseis anti-aéreos e terrestres, que as autoridades russas descrevem como “defensivos”, num tom de apaziguamento face aos protestos israelitas, procurando mais uma vez gerir políticas contraditórias de apoios.²¹ E na base destas, as ligações claras entre armas e energia destacam-se nas contradições da política externa russa como matrizes de base do processo de envolvimento e negociação que vai pautando as suas orientações no jogo do Médio Oriente.

Num reforço desta projecção russa, que num jogo assimétrico de influências e parcerias, em particular em torno da venda de armas, luta contra o terrorismo e questões energéticas, procura aumentar o seu poder de influência na área, Moscovo tem procurado negociar a sua presença em bases navais sírias para ganhar acesso ao Mediterrâneo, um objectivo há muito almejado pelo Kremlin. Uma porta de entrada nos “mares quentes” permitiria à Rússia reformular rotas, aumentar influências e gerir diferenças numa óptica de maiores ganhos para Moscovo. Um passo adiante na lógica de projecção de poder da “nova Rússia”.

Irão: o parceiro difícil

O Irão tem-se assumido como centro de polémica devido ao seu programa nuclear, descrito pelas autoridades do país como sendo para fins civis, mas questionado internacionalmente quanto ao seu verdadeiro alcance. Relatórios apontam para a tentativa Iraniana de desenvolvimento de capacidades de enriquecimento de urânio, o que a república islâmica nega, afirmando que as suas actividades nesta matéria se destinam apenas a fins civis, não constituindo qualquer contrariedade aos princípios do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Além do mais, atestam a sua cooperação com a Agência Internacional da Energia Atómica nesta matéria, sublinhando no entanto problemas vários com a Agência em matéria de verificação de informação que as autoridades de Teerão identificaram como sendo incorrecta e enviesando os esforços negociais em

21 “Wary of Syrian arms deal, Olmert plans Russia trip”, *Reuters*, 23 Agosto 2008; “Syrian leader highlights solidarity, seeks arms, in visit to Russia”, *RFE/RL*, 21 Agosto 2008; Ariel Cohen, “U.S. should warn Russia over its ‘Soviet’ Middle East policy”, *The Heritage Foundation*, WebMemo n.1007, 6 Março 2006.

curso.²² Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido, França e Alemanha têm estado envolvidos em negociações com o Irão no sentido de clarificação de políticas e de negociação de alternativas no que concerne o desenvolvimento de energia nuclear naquele país.

Nesta matéria a Rússia tem desempenhado um importante papel de mediação procurando evitar que a retórica confrontacionista que tem envolto a questão, num tom crescentemente acentuado, dê lugar a uma política de acção e intervenção, para além das medidas sancionatórias já adoptadas no quadro do Conselho de Segurança das Nações Unidas.²³ De facto, Moscovo tem sido um dos principais intervenientes na tentativa de conter os esforços de isolamento do país. No entanto, não sem restrições. Uma ocasião clara foram as declarações do Presidente Iraniano Mahmoud Ahmadinejad em Outubro de 2005, com grande eco internacional, de que “Israel deveria desaparecer do mapa”.²⁴ Estas receberam duras críticas de Moscovo, que não pretende um cenário de escalada na retórica e consequentemente de possível escalada nas acções, que na eventualidade de assumirem um carácter militar entrariam em contradição directa com os interesses russos na área.

Com muitos altos e baixos, manifestações de apoio e suspensão prática de acções de cooperação, propostas e contra-propostas, incluindo em matéria de enriquecimento de urânio em território russo, a Rússia completou a entrega de 82 toneladas de energia para o reactor nuclear iraniano de Bushehr, que está em condições de começar a operar a 50% da sua capacidade.²⁵ Nesta lógica, e como forma de resposta e simultaneamente mecanismo de contenção, a Rússia e o Cazaquistão acordaram quanto à construção de um centro de enriquecimento de urânio com o objectivo de fornecer de forma segura a matéria energética necessária para o funcionamento dos reactores atómicos, sob supervi-

22 Ver por exemplo comentários das autoridades Iranianas face a incongruências no Relatório de 2007, *Communication dated 3 October 2008 received from the Resident Representative of the Islamic Republic of Iran to the Agency concerning the Safeguards Implementation Report for 2007*, INFCIRC/739, 9 Outubro 2008, IAEA Information Circular, <http://www.iaea.org/Publications/Documents/Infcircs/2008/infcirc739.pdf>.

23 Ver Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1696 (Julho 2006), 1737 (Dezembro 2006), 1747 (Março 2007).

24 Fathi, Nazila, “Wipe Israel ‘off the map’ Iranian says: New leader revives an old rhetorical tack”, *International Herald Tribune*, 27 Outubro 2005; “Iran leader’s comments attacked”, *BBC News*, 27 Outubro 2005. Como resposta, ver também, “Myth of Iran wiping Israel off the map dispelled”, *Press TV*, 18 Setembro 2008, <http://www.presstv.com/detail.aspx?id=69866§ionid=3510302>.

25 Thomas Land, “Iran expands its nuclear aspirations”, *The Middle East*, Março 2008, p. 14. Ver também Bulent Aras e Faith Ozbay, “Dances with Wolves: Russia, Iran and the Nuclear Issue”, *Middle East Policy*, vol. XIII, n. 4, Winter 2006, p. 134.

são da Agência Internacional para a Energia Atômica, e com apoio de vários países do Médio Oriente, incluindo o Egipto, Turquia e Arábia Saudita, principais rivais do Irão.²⁶ Por exemplo, a planta de Angarsk, na Sibéria, fez parte do programa nuclear soviético. Actualmente, fornece reactores nucleares civis em vários países europeus, na China, na Coreia do Sul e nos Estados Unidos. Na mesma linha, esta proposta permitiria dissuadir receios quanto às reais intenções iranianas, uma vez que tal como para Washington um Irão nuclear não é do seu interesse, o mesmo se aplica à Federação Russa. Contudo, o alcance destas negociações tem sido limitado, com as autoridades de Teerão a mostrarem-se reticentes, embora esta seja ainda uma possibilidade em aberto.

A relação com o Irão revela-se fundamental porquanto a Rússia consegue neutralizar a influência Iraniana na Chechénia e noutras questões islâmicas que define como uma ameaça, em particular nas suas repúblicas do sul. O Irão entende a sua aliança com a Rússia como um factor de protecção contra a ira ocidental, com Moscovo, por exemplo, a travar a adopção de sanções no seio do Conselho de Segurança. O exemplo mais recente prende-se com as negociações para um quarto *round* de sanções face ao incumprimento iraniano de compromissos internacionalmente acordados, ao qual a Rússia se opõe, com o aval da China. O pacote de incentivos financeiros oferecido ao Irão no verão de 2008, para que suspendesse o programa nuclear no formato que tem sido prosseguido, seguindo-se já a outras propostas anteriores, foi mais uma vez objecto de recusa de Teerão. As autoridades iranianas continuam a sublinhar a relevância do programa nuclear para o desenvolvimento do país, e a sua natureza pacífica.²⁷ Ao manter esta postura de continuidade no diálogo, apesar das muitas dificuldades, a Rússia mantém uma posição de domínio no mercado nuclear iraniano, reforça a sua credibilidade como mediadora entre o Irão e os outros actores na área e, aumenta a sua influência sobre o Irão, maximizando considerações geopolíticas de segurança.²⁸

A Rússia e a China têm votado juntas no Conselho de Segurança na questão iraniana, mas têm também competido por contractos de construção de plantas nucleares no Médio Oriente.²⁹ Uma constante duplicidade sublinha esta relação marcada por interesses

26 Thomas Land, "Russia builds fuel-bank for Middle East reactors", *The Middle East*, Outubro 2007, p. 46.

27 Para maior detalhe quanto a esta discussão ver por exemplo "Major powers start talks over new Iran sanctions", *RFE/RL*, 19 Setembro 2008.

28 Bulent Aras e Faith Ozbay, "Dances with Wolves: Rússia, Iran and the Nuclear Issue", *Middle East Policy*, vol. XIII, n. 4, Winter 2006, p. 139.

29 Thomas Land, "Iran expands its nuclear aspirations", *The Middle East*, Março 2008, p. 15.

partilhados, mas também por marcos de desacordo. A luta contra o terrorismo no quadro da Organização de Cooperação de Xangai, e o reforço da cooperação securitária neste âmbito têm permitido maior proximidade, mas como já referido numa lógica de dupla contenção. Na Cimeira da Organização de Junho de 2006, os Presidentes Vladimir Putin e Hu Jintao sublinharam a necessidade de resolução do problema por meios pacíficos. A participação do Irão como observador na Organização tem permitido aumentar os canais de diálogo. No entanto, a hipótese do Irão vir a solicitar a adesão, intenção já manifestada publicamente,³⁰ pode alterar as regras do jogo.

Se para o Irão o facto de ser membro formal da Organização lhe permitiria outra capacidade de expressão internacional, alheada do isolacionismo e mais protegida de acções de retaliação do ocidente, por outro lado, colocaria a Rússia e a China numa situação delicada, face a uma possível tendência para a instrumentalização da Organização de Cooperação de Xangai como mecanismo de oposição, e mais ainda, de confrontação directa ao ocidente. Desenvolvimentos que se poderiam revelar desvantajosos para Moscovo e Pequim, eventualmente numa situação extrema acabando por envolvê-las num conflito armado que ambas pretendem evitar. De facto, apesar da retórica por vezes dura, nem a China nem a Rússia têm interesse num corte de relações com Washington, apesar das muitas divergências existentes.

A Rússia tem interesse numa resolução pacífica da crise com o Irão, com base nas ligações que foi estabelecendo na região, incluindo os seus investimentos no poder nuclear iraniano e indústrias de armamento convencional.³¹ Moscovo afirma que tem trabalhado de forma “consistente e consciente”, que as suas acções “correspondem aos seus interesses nacionais, e que nesta área estes são coincidentes com os de vários países europeus e os Estados Unidos”.³² E de facto Washington alinha com a Rússia neste tema e nestes termos. Tanto mais que toda a infra-estrutura energética será sempre um alvo possível e muito plausível em estratégias alargadas de terrorismo internacional. Uma boa gestão das relações com países produtores no Médio Oriente, como o Irão e a Arábia Saudita são fundamentais para a Rússia, quer face a uma Índia e China com procura crescente deste tipo de recursos, quer pelo facto da Rússia utilizar oleodutos israelitas

30 Declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros Iraniano Manuchehr Mottaki confirmam a intenção, e por exemplo o actual Secretário Geral da Organização, Bolat Nurgaliev, já manifestou o seu apoio à candidatura. Ver Najibullah, Farangis, “Iran: Russia, China unlikely to welcome Tehran into SCO”, *RFE/RL*, 30 Março 2008.

31 Thomas Land, “Russia builds fuel-bank for Middle East reactors”, *The Middle East*, Outubro 2007, p. 47.

32 Vladimir Putin citado em “Russia links its help on Iran to Georgia dispute”, *Reuters*, 29 Agosto 2008.

para o transporte do seu petróleo através do Mediterrâneo para o Índico, passando pelo Suez, tendo em vista estes mesmos mercados asiáticos.³³

As relações da Rússia com o Irão passam ainda pela colaboração na contenção da ameaça Talibã no Afeganistão, na manutenção da paz no Tajiquistão, e na tentativa de controlar os esforços azeris em se tornar o estado central no Cáucaso do Sul. Por outro lado, esta cooperação funciona como contrapeso à expansão da OTAN, e neste quadro também, a uma expansão da influência turca para leste. Competição na partilha de recursos no Cáspio tem sido evidente, face ao acordo entre a Rússia e o Cazaquistão em Julho de 1998; contudo, o oleoduto BTC (Baku-Tbilisi-Ceyhan) e o projecto do Gasoduto do Transcáspio ajudaram na aproximação entre os dois face ao envolvimento e influência dos Estados Unidos e alguns países europeus nestes.

Turquia: entre o leste e o ocidente

Neste enquadramento lato, as relações com a Turquia são estrategicamente de grande importância. A Turquia importa equipamento militar e mais de metade do seu gás natural vem da Rússia. Apesar de competirem relativamente às rotas de trânsito do Cáspio, de que o BTC é o expoente máximo, o gasoduto *Blue Stream* traz gás da Rússia para a Turquia, denotando a importância da cooperação. Face aos acontecimentos do verão de 2008 na Geórgia e à suspensão dos fornecimentos energéticos através do BTC, as autoridades azeris retomaram o uso de oleodutos russos para compensar a ineficiência daquele, como por exemplo a ligação Baku-Novorosiik; sendo que Moscovo aproveitou também a oportunidade para avançar com a proposta de compra de toda a produção de gás do Azerbaijão a preços mundiais, algo que as companhias ocidentais não conseguiriam igualar. Numa lógica monopolista e de concentração de poder e influência, Moscovo procura assim assegurar a sua prevalência em termos de rotas e de gestão de eventuais desequilíbrios regionais em seu desfavor, como no caso concreto da Turquia.

As relações Rússia-Turquia estão inseridas no contexto mais alargado de competição e rivalidade na Eurásia. Em termos político-diplomáticos, Ankara tem assumido um papel de mediação importante nas conversações entre a Síria e Israel, o que lhe confere

33 Michael Widlanski, "Putin Leads Russia's Return to the Middle East and the Arab Embrace", *Jerusalem Issue Brief*, vol. 4, n. 22, 5 Maio 2005.

peso adicional no quadro estratégico do Médio Oriente. Além do mais, tem-se tornado um actor mais activo e interventivo na área, jogando com o seu próprio posicionamento estratégico. Em termos energéticos, a Turquia é entendida no ocidente como alternativa à Rússia na lógica de diversificação de rotas e de diminuição da dependência energética de proveniência russa, daí os cuidados acrescidos de Moscovo na gestão desta relação.

É interessante notar que apesar dos países do Golfo serem ricos em energia e/ou com infra-estruturas e rotas de trânsito bem estabelecidas para oeste, países como o Irão, Egípto, Síria e Iraque consideram a Turquia um parceiro estratégico nesta matéria. Já a Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos e Oman não sentem esta necessidade.³⁴ Ou seja, a Turquia enquanto ligação entre o leste e o oeste faz-se mais relativamente aos recursos do Cáspio do que do Golfo Pérsico. Expressão esta também mais visível nas relações da Turquia a leste.

Poucos dias após o início da intervenção militar russa na Geórgia (Agosto de 2008), e numa lógica de apaziguamento, a Turquia avançou com uma proposta de criação de um Pacto de Estabilidade e Cooperação para o Cáucaso do Sul, envolvendo a Arménia, o Azerbaijão, a Geórgia e a Rússia, e tendo como objectivo a construção de estabilidade e a prevenção de violência armada numa zona onde a instabilidade tem imperado. Esta proposta assenta no princípio de que a estabilidade da região deve ser assegurada pelos estados parte, afastando a presença ocidental e promovendo um relacionamento mais próximo entre Ankara e Moscovo. Deste modo, os temas quentes por resolver, incluindo o diferendo de longa data turco-armeno, para além do conflito sobre o Nagorno-Karabakh (envolvendo a Arménia e o Azerbaijão) e a ainda mais quente questão da Geórgia, estariam na agenda. Além do mais, seria mais fácil para a Turquia gerir interesses divergentes num quadro mais cooperativo, evitando tomadas de posição contra a Rússia. Mas as divergências intra-Cáucaso do Sul e o agravamento das diferenças com as acções russas na área não parecem permitir o consenso necessário para a implementação deste Pacto de Estabilidade. No entanto, a proposta turca denota o entendimento partilhado com Moscovo de que a minimização da presença ocidental na área é um objectivo, e

34 Ali Tekin e Iva Walterova, "Turkey's Geopolitical Role: The Energy Angle", *Middle East Policy*, vol. 14, n. 1, Spring 2007, pp. 87-92.

35 Para maior detalhe sobre esta proposta e reacções ver, por exemplo, Fuller, Liz, "Lousy timing could overshadow Turkey's logical Caucasus solution", *EurasiaNet*, 13 Setembro 2008; "Expert: Turkey's Caucasus Stability and Cooperation Pact has no future", *PanArmenian Network*, 9 Setembro 2008; Kardas, Saban, "Turkey's push for Caucasus stability and cooperation platform", vol. 1, n. 14-15, 1 Setembro 2008, Ada

procura lançar as bases, ainda que muito incipientes, para uma eventual futura articulação em matéria securitária entre estes países tão diversos quanto adversos.³⁵

No âmbito da política externa russa a Turquia é claramente um elemento geoestratégico relevante, cuja contenção é necessária numa lógica de equilíbrios favoráveis a Moscovo, enquanto uma relação de proximidade serve esta mesma lógica através da capacidade funcional de balanceamento face a terceiros, nesta imagem do país enquanto elemento de ligação entre ocidente e oriente.

Conclusão

A política externa russa no Médio Oriente tem-se tornado crescentemente visível, com o Euroasianismo a retornar à agenda, num quadro geográfico ampliado até ao Cáspio e Ásia Central. No jogo alargado do Grande Médio Oriente, a Rússia joga para ganhar, com ambivalências, contrariedades e duplicidade a acompanhar uma política externa multi-vectorial e multipolar. As opções russas de conciliação de interesses divergentes têm sido habilmente manobradas num cenário onde factores como a luta contra o terrorismo, a venda de armas e a necessidade de recursos energéticos petrolíferos e de gás, se tornam adjuvantes.

Nestas dinâmicas contraditórias temos a Rússia a armar o Irão e a Síria, e simultaneamente a assinar acordos de cooperação tecnológica e militar com Israel. Temos ainda Moscovo a apoiar uma solução para o conflito Israelo-Palestiniano que passa pelo reconhecimento territorial da Palestina, incluindo o reconhecimento político do Hamas, enquanto desenvolve relações próximas com Israel. E nesta mesma linha, a estratégia russa de contenção da ameaça islâmica, no quadro da luta global contra o terrorismo, que pode, no entanto, revelar-se incongruente. Nas palavras de Dmitry Suslov, esta postura constitui um grande risco para a Rússia que ao oferecer maior legitimidade aos islâmicos pode trazer maior instabilidade ao Médio Oriente e à própria Rússia.³⁶ Ou seja, a forma como Moscovo lida com o islamismo dentro de fronteiras, em particular, no seu território a sul, e com os países árabes nas suas políticas para o Médio Oriente, pode traduzir-

Biweekly, <http://ada-edu-az.outsourceinformationssystem.com/biweekly/articles.aspx?id=71>; "Tales of Caucasus", *Turkish Daily News*, 4 Outubro 2008; "Talks for the Caucasus pact underway", *Georgian Daily*, com base no *Eurasia Daily Monitor*, The Jamestown Foundation, vol. 5, n. 167, 2 Setembro 2008.

36 John Elliott e Igor Khrestin, "Russia and the Middle East", *Middle East Quarterly*, vol. 14, n. 1, Winter 2007, pp. 21-28.

-se numa orientação imbuída de contradições que questione a legitimidade e consequentemente credibilidade das suas acções.

De modo simplificado, o contexto onde a Rússia projecta o seu poder e influência, e procura capitalizar as suas potencialidades, é um contexto de grande complexidade. As relações desenvolvem-se em diferentes tabuleiros: num nível de análise focalizado onde o papel da Rússia no Quarteto negocial para a paz no Médio Oriente é fundamental; num nível mais amplo onde a Turquia e o Irão se assumem como dois actores geopolíticos essenciais quanto às possibilidades reais de actuação russa; e numa visão mais macro, nas complexidades geoestratégicas, económicas e políticas de um grande Médio Oriente englobando os interesses da Rússia numa faixa geográfica desde os países do Médio Oriente à Ásia Central. Estes diferentes níveis de análise são crescentemente indissociáveis num contexto de grande interdependência nas relações internacionais, e face a temas como a questão energética, os negócios de armas e a segurança internacional em geral.

Nesta área, a Rússia tem conseguido vantagem, mas não substituirá no curto ou médio prazo os Estados Unidos. Tem contudo poder para, e já o demonstrou, perturbar o jogo norte-americano. Talvez a gestão da questão Iraniana seja aqui um dos exemplos mais fortes. Desta forma, a intersecção de visões e opções dos diferentes actores reflecte não só dinâmicas regionais próprias, mas também, e em grande medida, o jogo internacional de redefinição da ordem internacional, onde Moscovo, incarnando os objectivos da “nova Rússia” pretende afirmar-se como actor central num multipolarismo crescentemente assimétrico. E, neste contexto, é já claro que a Rússia se tornou um actor fundamental nos problemas do Médio Oriente.